



2.1 • O estado do Estado

Urstaat: para uma arqueologia do Estado

José Subtil

TODOS SABEMOS que o método comparativo é fundamental para as ciências sociais, mas a sua aplicação é complexa devido a muitos e variados problemas.

Como comparar, por exemplo, o homem e os primatas? Pelas suas anatomias biológicas, pelos comportamentos, pelas capacidades de produção de artefactos, ou de bens afectivos, artísticos e culturais? Como compatibilizar estas comparações com outras espécies animais? Como poderemos caracterizar uma 'sociedade' de caçadores e recolectores do Paleolítico Inferior, aparentemente portadores de consciência, mas tão diferentes de nós, capazes de pensar coletivamente o passado, o presente e o futuro? E como resolver o problema da coexistência de várias espécies de australopitecos com diferentes espécies de homos quando pretendemos fazer a história da hominização encadeada em estruturas cerebrais e corporais? Quando, casuisticamente, queremos passar de uma história zoológica para uma história humana?

Os estados do Estado

O mesmo se poderá dizer da história do 'Estado' como a história da «hominização» política, alimentada por uma exuberante imaginação sobre a forma «avançada» de organizar a vida em sociedade. Têmos, em síntese, uma teoria geral do Estado contemporâneo em torno de três configurações. A primeira, sobre a economia a partir do modo de produção industrial (meados do século XVIII). Continuam válidos, a este respeito, os pressupostos de que, no modo de produção capitalista, a mais-valia é obtida sem recurso às relações políticas de dominação, ou seja, a economia separou-se da política e autonomizou-se como instância das relações económicas. Por outras palavras, a exploração económica deixou de recorrer a um processo político de dominação (renda) e passou a ser obtida por processos estritamente económicos. Como consequência, a esfera política da organização social, ao separar-se da esfera económica, separou, também, a sociedade civil da representação política, doravante cunhada como estaduálista. Projecto que passou a prosseguir a arbitragem da luta dos interesses privados, fixando-os nos limites suportáveis pela sociedade civil. Teria, assim, nascido um «ser político» altamente virtuoso para o sistema social, cuja legitimidade não poderia ser posta em causa. A segunda, teve a ver com o modelo jurídico-político que justificaria a captura pelo Estado do monopólio do poder sobre uma comunidade e um território, a eliminação do pluralismo dos poderes e a sua concentração num único pólo. O Direito dotava o Estado de um privilégio especial, nem mais nem menos do que o guardião de uma ordem igual para todos. Mas, para que esta concentração não resultasse

numa intervenção desmedida, admitiram-se contrapartidas de vigilância constitucional (poder legislativo, judicial e executivo). A terceira é tributária do modelo iluminista e racionalista da organização administrativa, caracterizada pela impessoalidade da burocracia e pela separação entre a esfera privada e pública, desenhando novos espaços para o investimento do trabalho.

No enalce destas três proposições, podemos dizer que a imagem do Estado se cristalizou em torno da ideia da concentração de poderes numa só instância, no desprendimento da dimensão do interesse supra-individual (público e comum) e na corporização de uma estrutura política regida por princípios racionais e abstractos conformando-se, assim, o êxito bizantino e mítico da Razão, Estado e Direito.

Faltava, para esconjurar esta especulação, emprestar a esta «realidade» uma história natural e inevitável da sua criação. Ao contrário de outras formas particulares de associação política, como o regime de clã, tribo ou soberania (comunidade de suserano e vassalos), o Estado terá repousado numa longa história de evolução que deixou rastros e trilhos interrompidos por processos *contra natura* ou por arcaísmos, como foi o caso do feudalismo.

“
[...] o Estado sempre existiu na forma de «máquina». Nasceu, portanto, já velho, nunca foi criança.”

Além desta história da representação do Estado que povoa o imaginário contemporâneo, outras «fantasias» sobre a sociedade, a política e o poder, têm feito o seu caminho. Referimo-nos a linha-gens a um *Big Bang* político, envolto na penumbra e obscuridade dos tempos, dissolvido em narrativas fabulosas e ficcionais contaminadas por crenças ideológicas, axiomas filosóficos e sociológicos. Esta procura por um «Estado-macaco» continua enlaçada numa epistemologia evolucionista, desenhada por Charles Darwin (1809-1882) para a evolução das espécies (meados do século XIX), que contaminou todas as ciências sociais. O darwinismo, ao defender que todos os seres vivos tiveram uma origem comum, investe, portanto, nas ideias de 'primitivismo' e 'progresso', de um estágio inicial que evoluiu por linear aperfeiçoamento.

Esta tautologia gerou, porém, categorias antagónicas, a começar pelo «fantasma» das sociedades sem Estado. Pierre Clastres, um dos mais conhe-

cidos e bem informados defensores desta teoria, advoga que houve sociedades privadas de autoridade hierárquica e de relações de poder. A «chefatura» teria sido um lugar de competência eminentemente técnica, um púlpito de oratória, do «saber-fazer», como o do bom caçador e/ou recolector, ou o do valente coordenador das actividades bélicas, ofensivas ou defensivas. Partindo das sociedades antigas que estudou (índios apaches), Pierre Clastres diz-nos que a falta ou o eclipse destas competências técnicas equivalia à “morte” súbita do «chefe», uma vez que a constatação deste diagnóstico não é substituível por qualquer vontade de poder, pessoal ou de grupo. Justamente por não se fragmentar em conjuntos ou subconjuntos, a sociedade conseguia manter uma harmonia permanente que alimentava a vida social e as relações entre os seus membros. Se, durante a guerra, o «chefe» tinha um poder absoluto pela imposição das circunstâncias, este poder terminava com o regresso à paz, ou seja, o comando só era aceite em momentos cruciais quando o grupo se confrontava com uma ameaça externa.

A prerrogativa da inscrição da palavra como recurso político não encontrava, nestas sociedades, formulações de poder. A oratória era sempre um 'dever' do «chefe» porque, se a sociedade não lhe conferia o 'direito' exclusivo à palavra, exigia-lhe que a dominasse. Só escutando-o podia reconhecer-lhe essa competência reverencial. Por outro lado, o usufruto dos privilégios do «chefe», como a poligamia, não emanava de um poder de constrangimento, mas de um jogo de prestação de serviços, na medida em que o parentesco não era biológico mas um sistema de representações, portanto, um facto social partilhado. A bem ver, segundo Pierre Clastres, nestes agrupamentos nem sequer se poderia falar de sociedade, por não existir a representação do todo. O grupo forma uma unidade indecomponível e a autoridade repousa na coacção psicológica e não na força.

Mas podemos sondar outras vias de interpretação teórica. Por exemplo, escolher a descrição abrangente do Estado como um modelo geral de dominação, admitindo, por princípio, que qualquer organização social pressupõe sempre uma organização política que garante a unidade e a cooperação dos seus membros. Ou, numa versão republicana, um modelo de poder público que garanta a todos o que cada um não consegue para si próprio e, por isso, a sociedade precisa de muitos e de muitas coisas para sobreviver, numa relação de conveniência entre tantos que se auxiliam e ajudam mutuamente. Ou, ainda, o Estado na sua fórmula literária, o «nós» e os «outros», a identidade e a sua fronteira, a associação e a dissociação, o destino da submissão e as suas cartografias. Ou,

O TRABALHO E A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE ESTADO

Seja qual for o conceito de Estado e o modelo da sua abordagem, parece que o sobretrabalho terá desempenhado um papel central para o aparecimento de um grupo social cujas funções não se destinaram à (re)produção de bens para assegurar as necessidades vitais da vida social. Foi, portanto, este trabalho excedentário que rompeu a igualdade social e obrigou a uma organização política em que os dominantes impuseram a dominação aos dominados. Esta alienação do trabalho parece ter ocorrido não pelos mecanismos económicos da exploração, mas pela disponibilidade dos excedentes obtidos através da guerra dos povos primitivos. A ter sido assim, esta terá sido a maior revolução ocorrida na história da organização social da humanidade, por se ter tornado irreversível e incontornável. As alterações ideológicas para ajustar esta desigualdade têm sido movidas, sobretudo, por razões económicas em que o debate sobre o tipo de Estado que as poderá concretizar é um dos eixos centrais da luta política contemporânea. Mas, se a história do sobretrabalho for a história da guerra, não haverá nenhum Estado que o possa evitar e a humanidade estará condenada a viver neste destino, para além das utopias que terão consumado a imaginação dos libertadores das realidades sociais e políticas emancipatórias.

Sobre as ilações acerca da invenção do Estado, como ente imaginário da representação dos povos e motor da civilização e do progresso, poderemos dizer que a liberdade para o (re)pensar estará encerrada nas curvas demográficas, nas oscilações da mortalidade, nos surtos epidémicos, nos fluxos migratórios, nas necessidades sazonais de mão-de-obra, na vigilância sobre os ociosos e na segurança dos bens alimentares. Em tudo que seja o governo da população humana e menos a governação económica.

em nome da justiça e da segurança colectiva, medir a legitimidade da violência estadualista e compará-la com outras violências «bárbaras», ou seja, calcular a oportunidade entre a violência «pacificadora» do Estado e as violências «destruidoras» do egoísmo individualista.

Em quaisquer destas hipóteses, e de tantas outras, a ambição para integrar os saberes conhecidos numa síntese operatória é um projecto utópico porque, ao inventarmos o conceito de Estado, abalancámo-nos a organizar um catálogo infinito de distinções, ciclos, fases e dimensões.

Resta-nos, apesar de tudo, surpreendermo-nos com a (des)construção teórica.

Modelo radicular e rizomático

Tomemos de empréstimo duas imagens do mundo agrário, a árvore e o rizoma, para traçar as linhas orientadoras de dois modelos epistemológicos distintos.

As árvores, com as suas raízes, troncos e ramos caracterizam um sistema em que as proposições derivam umas das outras, algumas são fundamentais e outras secundárias. É um sistema fundado em taxonomias, seguindo deduções em que o que é afirmado a um nível superior não pode deixar de ser verdadeiro para um nível inferior. A dicotomia é a base da lógica binária deste sistema que opõe, por exemplo, loucos a normais, o bem ao mal, o certo ao errado, os dominadores aos dominados. Este processo de classificação está centralizado na raiz e hierarquiza-se pelo tronco através dos ramos. O caso da história biológica do homem seria a descrição da história da árvore do *Homo sapiens sapiens*. A história política do Estado decorreria da descrição da filiação das sociedades primitivas no regime de concentração do poder.

Ao contrário, a figura do rizoma como um tubérculo com vários brotos que crescem de forma horizontal, emitindo raízes que se reproduzem indefinidamente, que morrem e dão origem a tantas outras, serve de imagem a um outro modelo epistemológico alicerçado na conexão, heterogeneidade e pluralidade. Neste sistema, qualquer

conceito pode ser e/ou estar conectado com outros, numa rede de implicações sem hierarquização. A multiplicidade das rupturas constitui erupções indisponíveis à tirania de um tronco ou de uma cabeça. Esta reprodução sem *caput* é, portanto, aberta e imprevisível, rejeita o determinismo e o decalque.

Gilles Deleuze e Felix Guattari filiam-se neste paradigma rizomático, expressão máxima da multiplicidade, da descontinuidade, das linhas-de-fuga, numa dinâmica de desterritorialização, reterritorialização e acentramento.

Aplicado ao Estado, o sistema radicular constituiu-se «pensamento-Estado», em que o Estado tem necessidade de uma imagem que lhe sirva de axioma e capture a interioridade do sujeito que, por esta imposição, só o poderá pensar a partir de um lugar de encerramento, precisamente o da centralidade do «pensamento-Estado». Ao contrário, o sistema rizomático procura explicar o aparecimento do Estado por fora destes limites, sem ficar obrigado a contorná-los, como sugere o modelo da «máquina de guerra», instrumental para definir a servidão do *Urstaat*.

A pergunta que se poderá fazer é mesmo esta: será necessário, realmente, um general para que os soldados possam começar a disparar ao mesmo tempo?

O Estado cedo nasceu e já era velho

E é aqui que queremos, na economia deste pequeno texto, chamar a atenção para a proposta inovadora apresentada por Gilles Deleuze e Felix Guattari quando falam de um *Urstaat*, um Estado primordial que se impôs sobre as organizações primitivas. Uma contribuição interpretativa fundada na filosofia e na psicanálise, um modelo de pensamento rizomático que engloba, no essencial, uma teoria do Estado como «fantasma», porque a génese do Estado é impossível de ser descrita e o seu começo histórico inassinalável.

Para estes autores, “o Estado sempre existiu na forma de «máquina». Nasceu, portanto, já velho, nunca foi criança”. E, se sempre existiu, o Estado só pode ser *universal*, o que traduz um dos

maiores paradoxos da chamada fórmula do «Estado-Nação» que, na teoria evolucionista, terá correspondido a uma fase nuclear do seu desenvolvimento. E, se sempre foi velho, nunca pôde ter desejos de criança, ou seja, o código dos desejos da infância foi sobre-codificado à nascença. O Estado é o que sempre foi.

E de que «máquina» estamos a falar? Da máquina de guerra dos povos nómadas, um poder despótico que subjugou as sociedades primitivas, um domínio de «servidão» provocado pela guerra selvagem que terá antecipado os mecanismos de conjuração da soberania através da enunciação dos modos de territorialização, isto é, da produção do espaço no qual o Estado exerce o seu poder de captura, inventa a forma de ocupação e, concomitantemente, identifica os espaços que não domina. Com a invenção destes espaços é, igualmente, inventado o «espaço-tempo» e o discernimento das fronteiras. Passa a ser possível não só o encerramento como a separação, segundo significações de pertença, no seguimento, aliás, das significações dos códigos de linhagem que estas sociedades possuíam.

A comunidade e o território são submetidos ao poder de um déspota, o comandante militar, dono do excedente da guerra e organizador dos grandes trabalhos assentes no sobretrabalho. Estes excedentes criaram as condições de possibilidade de armazenamento de vários stocks, portanto, a formação de comunidades que puderam subsistir sem trabalho: em primeiro lugar, no próprio solo das comunidades e, depois, nos territórios conquistados. Terá sido esta comunidade sem trabalho que criou e organizou a «cidade-Estado». Foi, portanto, o Estado que sedentarizou a agricultura e tornou o campo indispensável à cidade, e não o contrário.

O *Urstaat* foi, assim, o lugar e o sítio da soberania do poder despótico, a cisão entre o espaço fechado e o espaço aberto, uma cisão que fez crescer, por um lado, o «deserto» e a guerra e, por outro lado, o fechamento do sedentarismo onde se anicharam os que passaram a viver do sobretrabalho. Dito por outras palavras, o que antecipou a cidade, no seio do primitivismo, foram as forças que já se encontravam operacionais numa rede de relações (des)territorializadas causada pela máquina de guerra.

Se com os muros da cidade se conhece o que está dentro e o que está fora, com o Estado conhecem-se as cidades no espaço-tronco da árvore-Estado. ■

Referências

- REMAUD, Olivier; SCHAUB, Jean-Frédéric; e THIREAU, Isabelle, *Faire des Sciences Sociales, Comparer*, Paris, EHEC, 2012.
- HESPANHA, António Manuel, *O Caleidoscópio do Direito. O Direito e a Justiça nos dias e no mundo de hoje*, Coimbra, Almedina, 2007.
- SIBERTIN-BLANC, Guillaume, *Politique et État chez Deleuze et Guattari, Essai sur le matérialisme historique-machinique*, Paris, PUF, 2013.
- CLASTRES, Pierre, *La Société contre l'État*, Paris, Minuit, 1967.
- DELEUZE, Gilles e GUATTARI, Félix, *Mille plateaux*, Paris, Minuit, 1980.